

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO CENTRO-OESTE DO PARANÁ

NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAM AND SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT: A CASE STUDY IN THE CENTRAL-WEST REGION OF PARANÁ

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR Y EL DESARROLLO RURAL SOSTENIBLE: UN ESTUDIO DE CASO EN LA REGIÓN CENTRO-OESTE DE PARANÁ

Adilson Anacleto¹
Rhaíssa Souza da Silva²

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que prevê a aquisição de, no mínimo, 30% da alimentação escolar provenientes da agricultura familiar e, apesar da importância do programa, especificamente no que se concerne a região Centro-Oeste do Paraná poucos e esparsos estudos foram encontrados sobre a temática. Diante desse contexto este estudo objetivou investigar se na região Centro-Oeste do Paraná as políticas do PNAE estimulam a produção da agricultura familiar de forma que promova o desenvolvimento rural sustentável contribuindo para o crescimento social, econômico e ambiental. Assim, foi realizada pesquisa exploratória descritiva entre outubro de 2023 a junho de 2024, com visitas e entrevistas a quinze participantes do PNAE. O estudo apontou que entre os entrevistados houve a predominância de homens (73%) com idade média de 48,1 anos. As propriedades possuíam em média 5,68 hectares e a venda de produtos ao PNAE representava em média 26% da renda familiar. O sistema de produção era orgânico em 20% das propriedades, no entanto em todos os outros casos estavam em processo de transição que apresentava elevados níveis de dificuldade, dado a natureza de cultivos nas propriedades vizinhas. Os produtos mais comercializados pelos Agricultores Familiares eram legumes, frutas e verduras. Os fatores positivos associados ao PNAE estavam fortemente atrelados a geração de renda e escoamento da produção garantidas, a elevação da renda média familiar e a transformação da produção para alimentos saudáveis e orgânicos. Os fatores negativos estavam associados ao modelo organizacional da cooperativa, a logística de entrega nas escolas, a certificação orgânica difícil e a assistência técnica deficitária. Finalmente é possível afirmar que no caso da região centro oeste do Paraná, o PNAE oferece a sustentação alimentar escolar com qualidade e auxilia de forma efetiva o desenvolvimento local, a integração entre a comunidade e os vários segmentos governamentais, municipais e sociais.

Palavras-chave: PNAE; agricultura familiar; potencialidades; limites; política pública; gestão social

Abstract

The National School Feeding Program (PNAE) stipulates that at least 30% of school meals must be sourced from family farming. Despite the importance of the program, especially in the Central-West region of Paraná, few and scattered studies have addressed this topic. In this context, this study aimed to investigate whether, in the Central-West region of Paraná, PNAE policies encourage family farming production in a way that promotes sustainable rural development, contributing to social, economic, and environmental growth. An exploratory descriptive study was conducted between October 2023 and June 2024, including visits and interviews with fifteen PNAE participants. The study found a predominance of male participants (73%), with an average age of 48.1 years. The properties averaged 5.68 hectares, and sales to PNAE accounted for approximately 26% of family income. The production system was organic in 20% of the properties; however, in all other cases, farms were undergoing a transition process that presented high levels of difficulty due to the nature of crops on neighboring properties. The most marketed products by family farmers were fruits and vegetables. Positive factors associated with PNAE were strongly linked to income generation and guaranteed production flow, increased average family income, and a shift toward healthy and organic food production. Negative factors were related to the cooperative's organizational model, school delivery logistics, difficulty in obtaining organic certification, and insufficient technical assistance. Finally, it can be stated that, in the Central-West region of Paraná, PNAE ensures quality school food supply

¹ Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares PPG-ALI - Campus de Paranaguá.

² Mestra em Sociedade e Desenvolvimento - Universidade Estadual do Paraná

and effectively supports local development, as well as integration among the community and various governmental, municipal, and social sectors.

Keywords: PNAE; family farming; potentialities; limitations; public policy; social management

Resumen

El Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) establece la adquisición de al menos el 30% de los alimentos escolares provenientes de la agricultura familiar. A pesar de la importancia del programa, especialmente en la región Centro-Oeste de Paraná, se encontraron pocos y dispersos estudios sobre el tema. En este contexto, este estudio tuvo como objetivo investigar si, en la región Centro-Oeste de Paraná, las políticas del PNAE estimulan la producción de la agricultura familiar de manera que promueva el desarrollo rural sostenible, contribuyendo al crecimiento social, económico y ambiental. Se realizó una investigación exploratoria descriptiva entre octubre de 2023 y junio de 2024, con visitas y entrevistas a quince participantes del PNAE. El estudio indicó que predominaban los hombres (73%), con una edad promedio de 48,1 años. Las propiedades tenían un promedio de 5,68 hectáreas y la venta de productos al PNAE representaba en promedio el 26% de los ingresos familiares. El sistema de producción era orgánico en el 20% de las propiedades; sin embargo, en los demás casos, se encontraban en proceso de transición, el cual presentaba altos niveles de dificultad debido a la naturaleza de los cultivos en las propiedades vecinas. Los productos más comercializados por los agricultores familiares eran frutas y verduras. Los factores positivos asociados al PNAE estaban fuertemente vinculados a la generación de ingresos y al flujo garantizado de la producción, al aumento del ingreso familiar promedio y a la transformación de la producción hacia alimentos saludables y orgánicos. Los factores negativos estaban relacionados con el modelo organizativo de la cooperativa, la logística de entrega en las escuelas, la dificultad de la certificación orgánica y la asistencia técnica deficiente. Finalmente, es posible afirmar que, en el caso de la región Centro-Oeste de Paraná, el PNAE proporciona alimentación escolar de calidad y contribuye de manera efectiva al desarrollo local, así como a la integración entre la comunidad y los distintos sectores gubernamentales, municipales y sociales.

Palabras clave: PNAE; agricultura familiar; potencialidades; limitaciones; política pública; gestión social

1 Introdução

A agricultura familiar é compreendida como a atividade em que a família, além de ser a proprietária do espaço produtivo, também realizam as atividades de produção e, segundo Wanderley (2001), Schneider (2010) e Conab (s.d.), os agricultores familiares trabalham em uma área de terra que pode ser privada, posse ou mesmo arrendada, em que retiram a subsistência familiar e realizam venda do excedente.

A alimentação mundial sempre esteve associada a pequenos agricultores do sistema de agricultura familiar, sendo que a maior parte dos alimentos inseridos nas mesas dos consumidores são provenientes deste tipo de produção do meio rural. Atualmente a agricultura familiar no Brasil é praticada em 3,9 milhões de propriedades que correspondem a 23% da área de todos os estabelecimentos rurais brasileiros (Conab, s.d.).

O governo brasileiro visando promover o desenvolvimento do meio rural, bem como a segurança alimentar nacional, criou na década de 90 a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), essa companhia tem a responsabilidade de criar programas e ações governamentais que fornecem o bem-estar as comunidades que se encontram em situação de precariedade alimentar e nutricional, e em paralelo também garantem o funcionamento das atividades do agricultor familiar (Conab, s.d.).

A definição das diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar, que previa a garantia dos direitos fundamentais de agricultores em todo o processo produtivo incluindo a alternativa ao DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável que, segundo Wienke (2017), somente ocorreu após o ano de 2000. A conexão entre o DRS e a agricultura familiar foi ampliada pela Lei nº 11.947/2009 (Brasil, 2006), quando foi estabelecido o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar que prevê a aquisição de, no mínimo, 30% dos gêneros alimentícios adquiridos para a alimentação escolar provenientes de muitas origens, mas em especial da agricultura familiar, o que passou a fortalecer a economia rural, garantindo a segurança alimentar nas escolas.

O PNAE tornou-se um instrumento de fortalecimento ao agricultor familiar, gerando negócios e impulsionando a economia local na geração de emprego e renda. Ao valorizar a produção local, o PNAE estimula a diversidade produtiva no município onde está localizada a escola (Brasil, 2009) e teve sua efetivação mais recentemente definida com o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos e, segundo Mendes, Neves e Machado (2019), o acesso à alimentação e fomento da agricultura familiar foi facilitado e contribuiu significativamente para a organização social e produtiva de assentamentos e comunidades rurais, incentivando práticas de produção sustentável e agroecológica.

Apesar da importância do PNAE/PAA, especificamente no que se concerne a região Centro-Oeste do Paraná poucos e esparsos estudos foram encontrados sobre a temática, bem como sobre os impactos que o programa gera nas comunidades na percepção dos produtores participantes, sendo urgente diagnosticar como as políticas públicas têm impactado a região.

Diante desse contexto este estudo objetivou investigar se na região Centro-Oeste do Paraná as políticas do Programa Nacional de Alimentação Escolar estimulam a produção da agricultura familiar de forma que promova o desenvolvimento rural sustentável contribuindo para o desenvolvimento rural conforme determina a legislação de criação do programa.

2 Procedimentos metodológicos

2.1 Natureza do estudo

A metodologia foi realizada por intermédio de pesquisa exploratória descritiva. Quanto à natureza, a pesquisa é qualitativa em função de que foi utilizada a coleta de dados com base na autopercepção dos agricultores familiares entrevistados sem se preocupar com o uso de técnicas estatísticas.

O estudo, então, visou organizar um diagnóstico se as políticas do Programa Nacional de Alimentação Escolar estimulam a produção da agricultura familiar de forma que promova o desenvolvimento rural sustentável da região.

2.2 Caracterização da região do estudo

A região escolhida para a pesquisa foi a Região Centro-Oeste do Estado do Paraná, clima do tipo Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa) conforme a classificação de Köppen, apresenta verões quentes e invernos calmamente frios e secos, a frequência de geadas são raras, com chuvas elevadas nos meses de verão. A região ainda apresenta solos com locais de basalto, típico Latossolos Vermelho, Nitossolos Vermelhos e Neossolos Litólitos (Bovo; Conrado, 2012), sendo Campo Mourão o maior município da região.

A região foi escolhida segundo a proposição de Anacleto *et al.* (2017) dado o seu potencial produtivo, além de englobar população regional superior a 326.000 habitantes (IBGE, 2024), a cidade polo é classificada como cidade de médio porte, apresentam condições *per capita* similares a outros 160 municípios de brasileiros (IBGE, 2024).

2.3 Período das visitas e coleta dos dados

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica com o levantamento de referências teóricas em livros, artigos científicos, dissertações e teses. Posteriormente, similarmente ao proposto por Anacleto, Curvelo e Coelho (2016), foi realizada pesquisa exploratória descritiva com visitas e entrevistas quinze associados da COAFCAM, que se dedicam a agricultura familiar e são participantes do PNAE.

A coleta de dados de campo somente teve início após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética, a coleta de dados ocorreu entre outubro de 2023 a junho (2024), sendo entrevistados quinze pessoas escolhidos por sua assiduidade e participação tanto na cooperativa quando ao PNAE.

Para realização das entrevistas organizou-se previamente um questionário semiestruturado de natureza qualitativa e quantitativa, abordando primeiramente os dados socioeconômicos e posteriormente sobre a participação no PNAE.

De acordo com Anacleto e Michaliszyn Filho (2025) a matriz atribui valores percentuais de 0 a 100 a cada opinião expressada pelos entrevistados individualmente; após as informações serão cruzadas de forma grupal, comparando quanto à respectiva influência exercida e a influência sofrida no desenvolvimento sustentável, destaca-se que, quanto maior o índice maior a relevância e a precaução a ser dedicada na resolução do problema do agricultor

familiar, e similarmente ao proposto por Anacleto, Curvelo e Coelho (2016) e Bornancin e Pinto, (2018) as percepções dos entrevistados evidenciam os fatores e influencias no sucesso ou no fracasso do PNAE. Posteriormente, organizou-se a matriz de impacto cruzado em que o resultado gerou o índice de relevância obtido pela seguinte equação:

$$\text{IR} = \frac{\text{InRn} * \text{InPn} * 100}{\sum \text{Slsp}}$$

IR= Índice de Relevância da situação avaliada;

InRn = Índices de influência recebida;

Inpn = Índices de influência provocada;

Slsp = Somatória dos índices (InRn*InPn) de todas as questões descritos pelos entrevistados participantes.

2.4 Análise dos dados

Após ser finalizada a coleta total dos dados, de acordo com o proposto por Vergara (2015), foi adotada a análise interpretativa, a qual foi realizada por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares, sendo o foco classificar elementos que pudessem ser percebidos como similares ou relativamente homogêneos com base no conjunto de questões pesquisadas. Assim, buscou-se homogeneizar os objetos possíveis dentro de grupos e, simultaneamente, maximizar a heterogeneidade entre o grupo de agricultores investigados.

3 Resultados

O estudo apontou que entre os entrevistados houve a predominância de homens (73%) e apenas (27%) mulheres, sendo que a maior parte das pessoas eram casadas (87%), as outras se identificaram em União Estável (13%) com média de filhos foi 2,26 por família, não tendo sido encontrado na amostragem solteiros, divorciados ou viúvos.

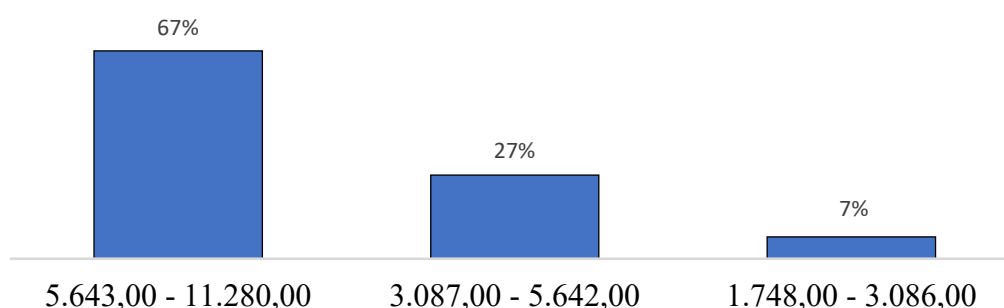
A idade média dos entrevistados foi de 48,1 anos e, no que tange a escolaridade, as pessoas com o ensino médio completo eram a maioria (47%), seguindo pelas pessoas com o ensino fundamental completo (40%), Ensino Fundamental Incompleto (7%), Ensino Médio/Técnico Completo (7%).

Os participantes relataram que tomaram conhecimento sobre o programa por meio da assistência técnica oficial do corpo técnico do IDR - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, em que traziam as informações pertinentes aos editais e a documentação necessária para

a inscrição no programa, no entanto e forma individualizada as dificuldades eram elevadas e a partir do surgimento da Cooperativa Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Campo Mourão e região (COAFCAM) a participação foi mais facilitada devido a organização coletiva.

As propriedades vinculadas a agricultura familiar possuíam em média 5,68 hectares, e os produtores participavam do programa em média a 6,1 anos e, apesar da totalidade dos entrevistados relataram que não era possível ter a renda associada somente ao PNAE (Figura 1), a venda de produtos ao PNAE representava em média 26% da renda familiar.

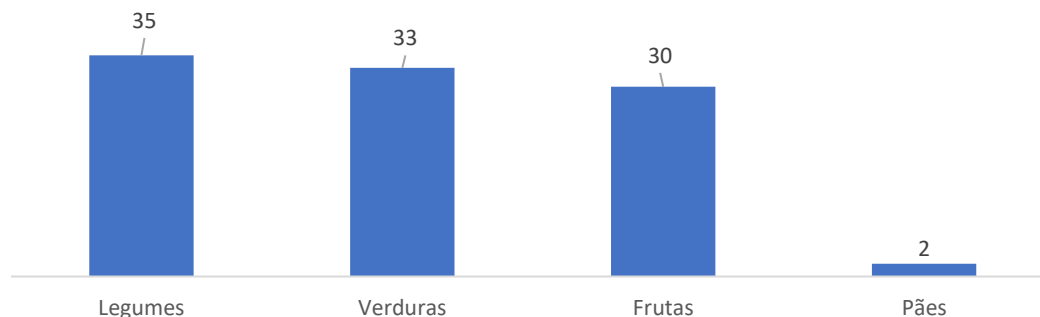
Figura 1: Renda média familiar dos Agricultores Familiares inscritos no PNAE na região centro oeste do Paraná



Fonte: os autores

O sistema de produção era orgânico em 20% das propriedades, no entanto em todos os outros casos os entrevistados declararam que reduziram significativamente o uso de produtos químicos e estavam em processo de transição. Porém em todos os casos analisados a efetivação da agricultura apresentava elevados níveis de dificuldade, dado a natureza de cultivos nas propriedades vizinhas. Os produtos mais comercializados pelos Agricultores Familiares para as Escolas municipais e Colégios Estaduais em Campo Mourão eram legumes frutas e verduras (Figura 2).

Figura 2: Produtos mais comercializados PNAE na região Centro Oeste do Paraná



Fonte: os autores

A comercialização da produção, além do PNAE, ocorre também em outras modalidades, a saber: feiras municipais (27%), venda porta em porta (7%), restaurantes (7%), mercados (33%), outros agricultores familiares (7%) e outras formas diversas de comércio varejista (20%).

A maioria classificou os preços pagos pelo PNAE como satisfatórios e ressaltam a garantia de compra como fator fundamental. No entanto 13% dos entrevistados classificaram como insuficiente o valor recebido diante de que o comércio apresenta variações nos preços dos produtos e de acordo com a procura alguns produtos cujo contrato que é assinado anualmente pode apresentar diferenças significativas.

Os fatores positivos associados ao PNAE, segundo o relato dos entrevistados, estavam fortemente atrelados a geração de renda e escoamento da produção (tabela 1)

Tabela 1: Fatores positivos associados ao PNAE apresentadas pelos Agricultores Familiares na região centro oeste do Paraná

Classificação	Fatores positivos associados ao PNAE	IR
1	Renda mensal fixa	20,1
2	Garantia de preço em contrato anual	22,4
3	Elevação da renda média familiar	20,6
4	Transformação da produção para alimentos saudáveis e orgânicos	9,29
5	Organização de classe pela cooperativa	5,12
6	Possibilidade de engajar-se em outras atividades de renda	5,12
7	Garantia de comercialização dos produtos semanalmente	4,03
8	Trabalho organiza permite períodos de descanso	3,72
9	Entregas realizadas em dias definidos	2,81
10	Pagamentos pontuais recebidos	2,81

Fonte: os autores

Os fatores negativos segundo o relato dos entrevistados estavam fortemente atrelados a logística de entrega nas escolas e ao modelo organizacional da cooperativa (Tabela 2).

Tabela 2: fatores negativos associados ao PNAE apresentadas pelos Agricultores Familiares na região centro oeste do Paraná

Classificação	Fatores negativos associados ao PNAE	IR
1	Modelo organizacional da cooperativa	19,3
2	Logística de entrega nas escolas	19,3
3	Certificação orgânica difícil	14,6
4	Assistência técnica deficitária	12,8
5	Êxodo dos jovens dificulta o trabalho no campo	8,82
6	Pedidos inadequados da contratante (tempo e tipos de produtos)	6,64
7	Conservação das hortaliças em dias de elevada temperatura	5,13
8	Trabalho exaustivo	5,13
9	Dificuldade de padronização da produção	4,70
10	Processo burocrático na participação do programa	3,98

Fonte: os autores

4 Discussão

O estudo revelou que entre os entrevistados ocorre a predisposição para a organização e atuação de forma cooperativa. No entanto, esse modelo de gestão agrícola apresentou ambiguidade, dado que também foi destacado como sendo um dos fatores que necessitam de urgente adequação e melhoria da eficiência na gestão comercial dos produtos do PNAE na região investigada.

Primeiramente, urge relatar que o cooperativismo se refere a princípios que invariavelmente tem origem em processos econômicos, que são compostos por associação livre e autônoma de pessoas com interesses similares e, a partir desta identificação, passam a promover de forma solidária e participativa satisfação das necessidades individuais e também de coletivo, por adesão voluntária resulta em um modelo de gestão democrática com participação responsável limitada as quotas-partes do capital integralizado por cada associado.

A cooperativa associada ao comércio no presente estudo cumpre essa função no meio rural em especial na organização coletiva que reduz os custos de insumos e amplia o preço de venda, esse tipo de ação procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital e ameniza a disparidade com os grandes latifundiários na geração de renda pela economia de escala. Assim, o modelo de gestão cooperativa analisado, apesar de apresentar necessidade de melhorias, foi capaz na percepção dos entrevistados de conferir maior poder de barganha frente aos grandes produtores de monoculturas que tradicionalmente são mais organizados.

As principais razões relatadas entre os entrevistados para a atuação de forma cooperativa, está justamente no modelo de produção instalado na região composta na maioria por pequenas propriedades com áreas limitadas para cultivo agrícola e para a criação de pequenos animais. A força produtiva tem origem nas pessoas pertencentes a própria família e raramente ocorre contratação de mão de obra extra.

A atuação de forma cooperativa também tem facilitado o acesso a assistência técnica, armazenagem coletiva da produção, melhores condições de barganha por preços de venda, acesso a crédito, além de atividades sociais que envolvam a família no ambiente associativo. O conjunto de situações descritas buscam mitigar os efeitos danosos dos interesses do capital e das demandas econômicas que impõem produtos e padrões de consumo, mormente voltados para as Commodities. Assim, diante da ausência de políticas de fomento à agricultura a atuação dessa forma associativa é uma maneira inteligente de sobrevivência dos pequenos produtores a esse sistema.

A organização relatada anteriormente, pode se constituir o caminho melhor sedimentado na busca pelo efetivo desenvolvimento rural sustentável, onde possa ocorrer a organização

social em nível local baseadas na solidariedade, na cooperação, e na participação resultando na contraposição ao quadro de dificuldades de sobrevivência das áreas rurais. O desenvolvimento rural sustentável ancorado nas iniciativas de organização sociais, como é o caso das cooperativas, aparentemente se constitui um caminho menos dificultoso à medida que uma nova possibilidade de reestruturação do processo de produção e comércio conduzido pela própria coletividade reduz o impacto da hegemonia do capital e emite maior atenção a própria sociedade em si, em seu trabalho e o atendimento das necessidades e desejos de seus associados.

O cooperativismo por suas normatizações coletivas de funcionamento reafirma um postulado antigo de que a cooperação entre pessoas é o melhor caminho nas soluções dos grandes problemas, assim as ações coletivas econômicas de oferta e procura resultam e se transferem em favor do trabalho humano. A individualidade deixa de ser a prerrogativa mais importante e passar a ser regida pelos interesses comuns, é possível estabelecer novos processos de desenvolvimento rural sustentável a partir da construção de um novo projeto para o rural, efetuado pelo rural com base no associativismo.

Os fatores associados podem ser decisivos ao sucesso ou fracasso de empreendimento rurais e afirmam que a viabilidade depende da estratégica resultante da equação, que atende as demandas da produção em termos de qualidade, custos de produção e preço de venda e atendimento ao público externo, mas também ao interno. Esse pressuposto é defendido por uma série de autores que relacionam a capacidade de organização a melhoria ao desenvolvimento de comunidades a saber: Schallenberger (2003), Marschall (2009), Frantz (2012), Pelegrini, Shiki e Shiki (2015) e Anacleto e Negrelle (2015). Segundo os autores a gestão não pode ser relegada a segundo plano e os modelos de gestão de negócios devem estar em consonância com os conceitos do desenvolvimento rural sustentável, que respeite os saberes familiares e a cultura tradicional, ampliando os benefícios também para os aspectos sociais e ecológicos.

Assim, finalmente, segundo Anacleto e Negrelle (2015), a inserção de ferramentas de gestão associadas à visão sistêmica continua sendo de grande utilidade na integração entre produção e comércio, sendo necessário, portanto, que os gestores da cooperativa usem abordagens técnicas na gestão e uso de ferramentas simplificadas que possam melhorar a eficiência interna e nos aspectos externos relacionados aos seus associados.

A outra situação relatada como sendo de maior grau de dificuldade, tem sido minimizado com a participação do poder público auxiliando na logística de transporte dos produtos da cooperativa até as escolas, a participação do poder público nesta etapa tem garantido produtos frescos e de qualidade nas refeições escolares, promovendo a segurança

alimentar e a nutrição adequada, além da valorização da produção local e o fortalecimento da agricultura familiar resultando em impactos duradouros e positivos para a economia local e o bem-estar da população.

A transição da agricultura convencional para a orgânica foi relatada como sendo um dos entraves relevantes, dado que a produção certificada é requisito para participação no PNAE, e implica na redução ou eliminação do uso de agrotóxicos nas produções agrícolas. Contudo, isso se mostra desafiador devido à escassez de assistência técnica com abordagens biológicas e culturais ou mesmo orientações quanto ao manejo, aos custos elevados associados a uma produção totalmente orgânica e à vulnerabilidade das áreas de cultivo, especialmente devido à proximidade com áreas de grandes culturas (soja, milho) quando ocorre a deriva e contaminação por agrotóxicos.

Segundo os relatos dos entrevistados e as observações realizadas durante a pesquisa de campo, foi constatado que as propriedades em questão estão situadas abaixo das áreas de cultivo de grandes culturas. Nessas áreas, são frequentemente aplicados herbicidas, fungicidas e inseticidas com o objetivo de controlar a propagação de doenças, pragas e plantas invasoras resultando na contaminação das propriedades familiares. Os entrevistados relataram a dificuldade da implantação de cortinas vegetais, ou mesmo, conhecido como barreira vegetal. As cortinas vegetais consistem em agrupamentos ou fileiras de árvores ou arbustos projetados para proteger as culturas agrícolas, reduzindo a deriva de agrotóxicos. Além de fornecer essa proteção, as cortinas vegetais também podem contribuir para a produção de madeira e lenha, potencializando o uso da terra, especialmente em pequenas propriedades agrícolas familiares. É importante destacar que espécies de plantas alimentares devem ser evitadas nessas cortinas devido à sua suscetibilidade à contaminação por agrotóxicos.

A questão da dificuldade de produção orgânica pode estar associada a assistência técnica que embora exista na região não consegue atender as demandas existentes. A assistência técnica gratuita em ações de elevada dificuldade, como é o caso relatado, se torna relevante e necessário que os produtores tenham orientação agrônômica para a migração do sistema de produção, historicamente este grupo de pessoas sempre recebeu pouco apoio do poder público para realizar suas atividades no campo e tem sido negligenciado pelas diversas esferas governamentais ao longo das décadas, ficando à mercê da reduzida assistência técnica. No entanto, no estudo analisado, ocorre a organização em sistema cooperativo, que pode resultar em pressão sobre as várias esferas da gestão pública, por ampliar a assistência técnica e, assim, reduzir as dificuldades produtivas.

O estudo também revelou que a falta de interesse dos filhos em dar continuidade às atividades agrícolas, devido ao trabalho diário exigente e fisicamente extenuante, coloca em risco a sucessão familiar do pequeno produtor e a manutenção a atividades do PNAE na região. A dificuldade laboral gera a resistência em seguir a mesma profissão dos pais e podem ser identificadas como fatores que impulsionam a migração dos jovens para áreas urbanas, resultando na interrupção das atividades agrícolas familiares e comprometendo sua continuidade. A ausência de iniciativas familiares nesse contexto afeta negativamente o desenvolvimento econômico e social em muitos pequenos municípios brasileiros.

A instabilidade econômica e a baixa renda, aliadas à falta de oportunidades de lazer e ganhos financeiros, emergem como fatores que tornam menos atrativa a continuação do trabalho familiar para os jovens rurais, impulsionando-os a buscar alternativas nas cidades.

De acordo com Nottar e Favretto (2020) e Winck *et al.* (2013) os filhos de pequenos agricultores procuram oportunidades de trabalho que satisfaçam suas ambições pessoais, sejam elas de natureza profissional, econômica, cultural ou social e urge que sejam criadas condições e iniciativas para despertar nos filhos o interesse pelo desenvolvimento da agricultura como uma atividade econômica e de vida, e fomentar o empreendedorismo rural como uma prática valorizada com vistas à continuidade na sucessão familiar, políticas públicas com estratégias que contribuam para o desenvolvimento regional através de programas de incentivo e políticas voltadas a realidade desses pequenos e médios municípios.

Finalmente é possível afirmar que os agricultores familiares, participantes do PNAE na região, apresentam a produção em contraste com o modelo industrializado, mais natural. Portanto, a produção familiar desempenha um papel fundamental na promoção da saúde e no Desenvolvimento Rural Sustentável, os alimentos provenientes da agricultura familiar, produzidos em menor escala em comparação com os alimentos processados oriundos de práticas de agricultura intensiva e fabricados pela indústria, são frescos e têm características saudáveis devido ao modo de produção e condução agrícola.

Finalmente os resultados evidenciaram que a inserção dos agricultores familiares no PNAE tem produzido efeitos positivos para além de simplesmente os econômicos, mas também associados as questões sociais e estruturais do desenvolvimento rural. Urge relatar que apesar do programa não eliminar as vulnerabilidades do escoamento da produção no meio rural o mesmo gera uma garantia mínima de estabilidade de renda, mitigando as incertezas e, apesar de não resolver o problema da agricultura familiar, funciona como barreira parcial frente às

oscilações do mercado convencional, sendo que no contingente maior dos entrevistados existe a percepção que o programa tem apresentados resultados benéficos ao desenvolvimento rural.

Os avanços, no que se refere a sustentabilidade, tem efetivado a transição para práticas menos agressivas ao ambiente e expressa uma busca por coerência entre produção de alimentos e conservação ambiental. Contudo, a dificuldade de certificação, os custos elevados e a contaminação advinda do entorno produtivo demonstram que a sustentabilidade não pode ser reduzida a uma escolha individual do agricultor, mas a atuação coletiva pode representar um caminho relevante nesse processo. Assim, a organização cooperativa emerge como elemento fundamental para viabilizar o acesso ao programa e ampliar a capacidade de negociação dos agricultores, dado que evidencia que a sustentabilidade não se dá apenas na permanência das famílias no campo, mas também na qualidade dos vínculos coletivos que sustentam sua organização e sobrevivência.

5 Considerações finais

O estudo apontou que entre os entrevistados houve a predominância de homens (73%) e apenas (27%) mulheres, sendo que a maior parte das pessoas eram casadas (87%), sendo que a idade média dos entrevistados foi de 48,1 anos e, no que tange a escolaridade as pessoas com o ensino médio completo eram a maioria (47%), seguindo pelas pessoas com o ensino fundamental completo (40%), Ensino Fundamental Incompleto (7%) e Ensino Médio/Técnico Completo (7%).

As propriedades vinculadas a agricultura familiar possuíam em média 5,68 hectares e os produtores participavam do programa em média a 6,1 anos e, apesar da totalidade dos entrevistados relataram que não era possível ter a renda associada somente ao PNAE, a venda de produtos ao PNAE representava em média 26% da renda familiar.

O sistema de produção era orgânico em 20% das propriedades, no entanto em todos os outros casos os entrevistados declararam que reduziram significativamente o uso de produtos químicos e estavam em processo de transição. Porém, em todos os casos analisados a efetivação da agricultura apresentava elevados níveis de dificuldade dado a natureza de cultivos nas propriedades vizinhas.

Os fatores positivos associados ao PNAE, segundo o relato dos entrevistados estavam fortemente atrelados a geração de renda e escoamento da produção garantidas a elevação da renda média familiar e a transformação da produção para alimentos saudáveis e orgânicos.

Os fatores negativos estavam associados ao modelo organizacional da cooperativa, a logística de entrega nas escolas, a certificação orgânica difícil e a assistência técnica deficitária. O estudo também revelou que a falta de interesse dos filhos em dar continuidade às atividades agrícolas, devido ao trabalho diário exigente e fisicamente extenuante, coloca em risco a sucessão familiar do pequeno produtor e a manutenção a atividades do PNAE na região.

Além disso, a contribuição para a renda mensal dos agricultores familiares, fator significativo, uma vez que o PNAE proporciona um canal de vendas estável e previsível. Essa segurança financeira permite que os agricultores planejem melhor suas atividades e investimentos.

Diante do exposto, é possível afirmar que no caso da região centro oeste do Paraná, o PNAE oferece a sustentação alimentar dos alunos matriculados nas instituições públicas provenientes da Agricultura Familiar, auxiliando de forma efetiva o desenvolvimento local, a integração entre a comunidade e os vários segmentos governamentais, municipais e sociais.

Os resultados mostram finalmente que o PNAE, longe de ser apenas uma política de abastecimento que garante renda, mas não elimina vulnerabilidade, que induz práticas sustentáveis, mas não resolve os conflitos que as inviabilizam, mas promove a organização coletiva e abre espaço o escoamento da produção de parte dos agricultores. O desenvolvimento rural sustentável que emerge dessa experiência apesar de não resolver todas as situações problemas da agricultura familiar, apresenta êxitos e avanços no que se refere ao desenvolvimento rural sustentável.

Referências

ANACLETO, A. *et al.* Profile and behavior of flower consumer: subsidies for marketing actions. **Revista Ceres**, [s. l.], v. 64, n. 6, p. 557-566, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-737X201764060001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rceres/a/KKkBQSQPkv4TtwykjMqNtpw/?lang=en>. Acesso em: 23 jun. 2026.

ANACLETO, A.; CURVELO, E.; COELHO, A. P. As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do Paraná. **Revista Faz Ciência**, [s. l.], v. 18, n. 27, p. 118-139, 2016. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v18i27.12778>. Disponível em: https://saber.unioeste.br/index.php/fazciencia/pt_BR/article/view/12778. Acesso em: 23 jun. 2026.

ANACLETO, A.; MICHALISZYN FILHO, L. A. Comunidades tradicionais em áreas de preservação ambiental. **Revista De Educação Popular**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 151-167, 2025. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2025-74374>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/74374>. Acesso em: 23 jun. 2026.

ANACLETO, A.; NEGRELLE, R. R. B. Viabilidade econômica do cultivo de bromélias: no Estado do Paraná. **Revista Capital Científico**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 01-20, 2015. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2844>. Acesso em: 23 jun. 2026.

BORNANCIN, A. P. A.; PINTO, D. M. Entre a gestão e a fome: Um estudo de caso do restaurante popular no município de Paranaguá. **Revista Americana de Empreendedorismo e inovação**, [s. l.], edição de lançamento, p. 42-48, 2018. DOI: <https://doi.org/10.33871/26747170.2018.1.1.3277>. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/raei/article/view/3277>. Acesso em: 23 jun. 2026.

BOVO, M. C.; CONRADO, D. O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de Campo Mourão (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, [s. l.], v. 1, n. 34, p. 50-71, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/1845>. Acesso em: 23 jun. 2026.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)**. Disponível em: <https://www.gov.br/conab/pt-br>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Paranaguá (PR): panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranagua/panorama>>. Acesso em: 24 jun. 2026.

BRASIL. Lei 11.947 de 16 junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11947&ano=2009&ato=359AzaE90dVpWTc00>. Acesso em: 07 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, seção 1, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

MARSCHALL, C. R. Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade. **Organizações & Sociedade**, [s. l.], v. 16, n. 49, p. 287-306, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302009000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/RhzMCznjC5zy8NS6dFTS6yj/?lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; MACHADO, T. S. O Programa de Aquisição de Alimentos como indutor da soberania alimentar. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, p. e18024, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2019.e18024>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/FvHnXDYh3y9qf86SnkDFy8p/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 23 jun. 2026.

NOTTAR, L. A. FAVRETTO J. A determinação dos jovens rurais e a sucessão na agricultura familiar. **Revista Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 19, n. 55, p. 343-358, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2021.55.11597>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/11597>. Acesso em: 23 jun. 2026.

PELEGRINI, D. F.; SHIKI, S. F. N.; SHIKI, S. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Extensio**, [s. l.], v. 12, n. 19, p. 70-85, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6182952>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Mediações-**Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 9-26, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2003v8n2p9>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9066>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010. Disponível em: <https://ppgaa.propesp.ufpa.br/pdfs/prosel2020/MAFDS/M4.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2026.

VERGARA, S. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Una nueva ruralidade en América Latina? **Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales**, [s. l.], p. 31-44, 2001.

WIENKE, F. F. A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **Juris**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 225-245, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/juris.v27i1.6966>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/6966>. Acesso em: 23 jun. 2026.

WINCK, C. A.; DALLA PASQUA, S.; FISCHER, A.; GIANEZINI, M. Processo sucessório em propriedades rurais na região oeste de Santa Catarina. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. v. 11, n. 2, p. 115-127, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v11i2.115127>. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1098>. Acesso em: 23 jun. 2026.

Data de submissão: 17/01/2025

Data de aceite: 22/01/2026